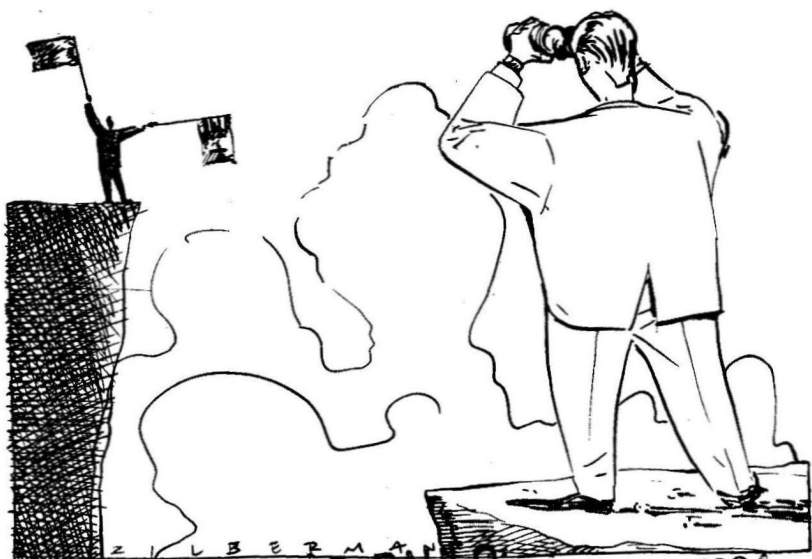




ESTADO DE SÃO PAULO

27 AGO 1991

Proposta para dívida externa

O governo brasileiro apresentou sua proposta para a renegociação do principal da dívida com os bancos credores. O documento, que oferece cinco opções, é considerado pelos banqueiros estrangeiros uma base de discussão realista. Deu-se, portanto, grande passo à frente. No entanto, essa abertura torna-se obscurecida por ter o nosso negociador, Pedro Malan, declarado que se trata de uma proposta não negociável, enquanto outros economistas denunciam o excesso de liberalismo da atual equipe.

Impõe-se que nos convençamos de que uma renegociação somente poderá avançar se se aceitar um diálogo com os credores, para exame de contrapropostas. Caso contrário, não merecerá tal nome. Cabe-nos apenas o direito de procurar evitar que o diálogo prossiga por mais de um ano, conforme ocorreu no caso do México, que serviu de modelo para todas as renegociações que chegaram a bom termo.

Os economistas, que sempre defenderam uma nego-

ciação dura, tendo sido aliás os autores de moratória responsável por frutos amargos que ainda estamos colhendo, acabam de se manifestar contrários à proposta brasileira, sob o argumento de que pedimos um deságio de 37,5%, quando os bancos estavam preparados para conceder 40% (o que exige comprovação...) enquanto o México solicitara 50%, posteriormente reduzido a 35%. Parece-nos proveitoso que o Brasil se tivesse mostrado realista (podendo assim evitar uma renegociação de mais de um ano), mas cumpre lembrar que esses mesmos economistas, sob a alegação de que o deságio conseguido pelo México representara apenas 0,5% do PIB, haviam previsto que o modelo mexicano estava condenado ao malogro. Os fatos mostram claramente que foi por causa desse acordo que o México é hoje um país próspero. Afortunadamente, esses experts — que pretendiam fixar a negociação a partir da capacidade de pagamento — não foram ouvidos pelo Planalto.